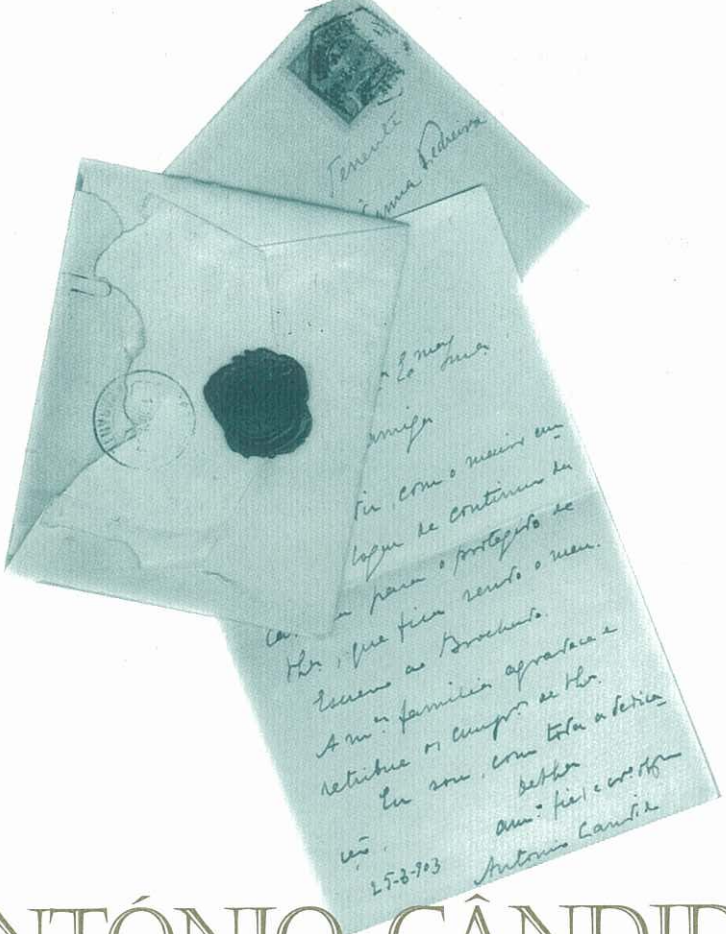

ANTÓNIO CÂNDIDO

Traços epistolares de um "auto-retrato" íntimo

Câmara Municipal de Amarante 2000

Título
ANTÓNIO CÂNDIDO
Traços epistolares de um "auto-retrato" íntimo

Capa
Carlos Gallo

Edição
Câmara Municipal de Amarante
edição no âmbito das Comemorações dos 150 Anos do Nascimento do Conselheiro António Cândido

Tiragem
500 exemplares

Depósito Legal
N.º 157929/00

ISBN 972-98539-3-4

Paginação e Impressão
Gráfica do Norte- Amarante

ANTÓNIO CÂNDIDO
Traços epistolares de um "auto-retrato" íntimo

Catálogo e transcrição integral da correspondência com
D. Maria Cândida da Costa Pereira Peixoto,
da Casa da Portela, em Amarante,
e Capitão Carlos Alberto Viana Pedreira, da mesma Casa

Introdução, catalogação, fixação do texto e notas
ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA
MARIA JOSÉ QUEIRÓS LOPES

FLUP-BIBLIOTECA
761750

Amarante
Câmara Municipal de Amarante
2000

GEHVID
2001/514

INTRODUÇÃO

1. O que é uma carta?

A pergunta justifica-se pelo principal conteúdo deste livro e, ao mesmo tempo, tende a parecer redundante ou inútil. Por um lado, as cento e trinta e cinco cartas transcritas adiante fornecem por si só uma resposta imediata; e, por outro, o termo remete logo para uma forte sensação de evidência e até de trivialidade. Quem ao longo da sua vida não recebeu ou expediu dentro de um envelope ou sobrescrito fechado, selado e carimbado na Estação dos Correios uma carta de/para alguém? Mas o facto plausível de uma larguissima maioria saber o que é uma carta postal, progressivamente ameaçada, no transcurso do séc. XX, pelo telefone e mais recentemente pelo fax e pelo "correio electrónico", não significa que as suas diversas acepções e implicações semânticas e teóricas sejam bem conhecidas e/ou tenham sido tratadas com satisfatório rigor e profundidade. Afigura-se-nos, por isso, ser este o *locus* e o momento adequados para algumas considerações preambulares.

Em qualquer dicionário de língua portuguesa o termo carta pode surgir acompanhado de uma panóplia razoável de sentidos: manuscrito fechado com endereço; epístola (palavra vulgarizada pelos textos evangélicos de S. Paulo); missiva; mapa geográfico; cada um dos pedaços de cartão que formam um baralho (jogo de cartas); designação de diversos títulos ou documentos oficiais; diploma; e certo tipo de peixe. Há também várias expressões muito comuns na linguagem corrente: *carta aberta* - dirigida publicamente a alguém; *carta de alforria* - documento pelo qual o senhor concedia a liberdade ao escravo; *carta branca* - concessão de plenos poderes ou liberdade de acção; e *dar as cartas*: ter autoridade, poder para mandar à vontade ou livre arbítrio. E se quisermos completar um pouco mais a busca iniciada atente-se ainda os significados de *correspondência*: acto de corresponder (retribuir ou cartear-se); cartas, bilhetes ou telegramas; carta a um jornal; relações entre pessoas ausentes; correlação (relação mútua entre dois termos e analogia); comunicação entre países, localidades ou pessoas; e comunicação atmosférica entre passagens ou aberturas.

Deste elenco, onde se mesclam significações próprias e figuradas ou denotativas, podemos reter, para o fim que aqui nos prende, três acepções essenciais: a de carta/epístola/missiva/ofício, a de diploma e a de correspondência, que implica necessariamente a noção de troca epistolar (recepção e expedição), não sendo, por isso, exacto o seu uso a propósito da edição ou publicação de cartas apenas recebidas ou apenas expedidas.

No imprescindível *Dicionário do Livro*, Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, definem carta como sendo *todo o escrito autêntico* e ainda a *folha ou folhas de papel escrito dobradas, que se dirigem a alguém ausente e nas quais se dão notícias*[1]. É interessante, aliás, notar o relevo dado pelas autoras ao suporte padronizado em papel (sobretudo desde finais do séc. XVIII) destinado à comunicação de mensagens pessoais e oficiais. A evolução registada no fabrico do papel e da sua comercialização levou ao sugestivo apuramento de formato, de texturas e de côres: das folhas de papel grosso dobradas de modo a servirem também de sobrescrito passar-se-á com o tempo a uma gama variada de papel — grosso ou fino, pautado ou liso, solto ou em cadernos próprios, pequeno ou médio e colorido ou não — acompanhado de um "adereço" destinado a garantir a confidencialidade ou secretismo da mensagem e exigido pelo desenvolvimento técnico-burocrático dos serviços postais — o envelope. Gerou-se, assim, uma forte conotação material que permitiu associar naturalmente a ideia de carta a um específico suporte-papel. Mas esta ênfase no suporte não foi retomada pelas autoras do *Dicionário de terminologia arquivística* que preferiram destacar o sentido mais informacional: *mensagem escrita, enviada geralmente por via postal em sobrescrito fechado e dirigida a uma pessoa singular ou colectiva, organismo público ou privado* (ver ofício); e que incluiram também a designação renascentista e jurídico-administrativa de diploma, *aplicada aos actos mais solenes emanados de autoridade real ou de grandes senhores, nomeadamente títulos de privilégio ou de confirmação de cargo*[2].

Deixando de lado a carta como diploma e como suporte específico, convém agora focá-la enquanto informação, ou seja, enquanto género de representações mentais codificadas (língua falada e escrita) e passíveis de serem transmitidas a um ou mais receptores (por exemplo: a fulano de tal e família). Dito de modo bem mais simples, como fez Andrée Rocha, a carta é "*um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade*

---

[1] Cf. FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça — *Dicionário do livro. Terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.* Lisboa: Guimarães Editores, 1988, p. 59.

[2] Cf. ALVES, Ivone et al. — *Dicionário de terminologia arquivística.* Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação, 1993, p. 16-33.

profunda do ser humano"[3]. E, como adverte a mesma autora na sua incontornável Introdução à colectânea literária de cartas de escritores portugueses (do Infante D. Pedro, 1392-1449, a Florbela Espanca, 1894-1930), esse "meio" não se esgota na "contextura literária", a qual é um factor sobreposto ou adicional à necessidade básica de comunicar algo a alguém. Com efeito, não pode estabelecer-se uma relação directa entre o talento literário e a primorosa execução epistolográfica, tendo vários críticos abalizados concluído da análise de cartas e bilhestes-postais[4] de personalidades da vida intelectual portuguesa e espanhola que esse epistolário "*nada acrescenta, do ponto de vista estético , à originalidade, brilho e significado de ambos no panorama da literatura pátria, antes se situa em plano manifestamente inferior ao da obra peculiar que legaram à posteridade*"[5].

Apesar da citada advertência, é indiscutível a importância que tem sido dada ao epistolário dos literatos, artistas e nomes sonantes da cultura portuguesa com a compreensível ânsia de, ampliando-lhes a obra, obter um conhecimento desta mais fino e completo. E convém referir que tal desiderato encontra cabimento nas origens literárias e trajectória evolutiva do género epistolar. Segundo Andrée Rocha datam do séc. XV epistolários individualizados como os de Lopo de Almeida, de Fr. João Álvares ou de Fr. João Claro, e relativamente extensos como o do Infante D. Pedro; no Renascimento a epistolografia invadiu novos domínios, chegando até nós sob a forma de carta uma boa parte da actividade narrativa dos viajantes pelas sete novas partidas do Mundo (observadores como Pero Vaz de Caminha, chefes militares e políticos como Afonso de Albuquerque, missionários, vice-reis e historiadores), e sob idêntica forma os humanistas portugueses, àvidos de contactos a nível europeu, deram largas à expressão de suas ideias recorrendo, com óbvias limitações estilísticas, à língua universal da época — o latim; no séc. XVII algumas personalidades se destacaram no labor epistolográfico, conduzindo a forma epistolar para o campo da genuína literatura; no século seguinte cresceu bastante o número de epistolários, substancialmente enriquecidos pela atenção cosmopolita dispensada a novos aspectos diplomáticos, políticos e culturais; no séc. XIX, em plena vigência "do reinado da ficção e da poesia", a correspondência dos escritores fragmentou-se "*ao sabor de tendências individuais muito mais facetadas. Se Garrett e Eça de Queirós se servem do correio num plano meramente íntimo ou utilitário (embora condimentado, no segundo, por sedutores*

---

[3] Cf. ROCHA, Andrée — *A Epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, 2ª ed., p. 13.

[4] Sobre a origem e evolução deste tipo de documento postal ver WILLOUGHBY, Martin — *História do bilhete-postal*. Registo ilustrado desde o virar do século até à actualidade. Lisboa: Caminho, 1993.

[5] Cf. VILHENA, António Mateus — Introdução. In BRANDÃO, Raul e PASCOAES, Teixeira de — *Correspondência. Recolha, transcrição, actualização do texto, introdução e notas de ... e de Maria Emília Marques Mano*. Lisboa: Quetzal Editores, 1994, p. 14.

artifícios de artista), Herculano e Antero — e, num grau mais comezinho, Ramalho e Junqueiro — tanto aproveitam, para o seu apostolado mental e social (princípios doutrinários ou simples cavalos de batalha), a persuasão particular, de homem para homem, que é a das cartas, como a persuasão geral dos escritos destinados a um público mais vasto"[6]; e ao longo de novecentos acentuou-se a anunciada alteração das condições do fenómeno epistolar com influência directa na substituição da pausada e deleitosa comunicação escrita por um intenso e efémero fluxo de mensagens veiculadas mediante sofisticados recursos tecnológicos (o telefone, a rádio, a televisão, a transmissão via satélite, o computador, a internet...), condições cada vez mais adversas, na opinião de Andrée Rocha, à escrita de cartas pelos literatos[7]. Mas apesar de tudo isto a carta resiste e sobrevive como expressão natural da matriz informacional e comunicacional do ser hunmano...

A sobrevivência do género epistolar nas suas diversas modalidades temáticas, através do tradicional suporte papel ou do modernissimo *electronic mail* , não dispensa as regras e os preceitos que é possível achar lapidarmente fixados em dois diálogos da *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, o primeiro "teorizador da arte de escrever cartas"[8], para quem a carta não era "privilégio do letrado", mas sim do "discreto". À semelhança de Marco Túlio concebeu-a como "*uma mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo nos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos que eles saibam de nossas cousas, ou das que a eles lhe relevam*"[9] e dividiu-a em três espécies: familiar, de amigos para amigos e sobre matérias "*do governo da república e matérias divinas*". Para todas elas recomendava usar o que na conversa se costuma, a saber: "*brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios e propriedade sem metáforas nem traslações*" ; e ainda os epítetos indispensáveis e o vocabulário habitual mas não humilde e popular[10].

Tais regras germinaram, tendo D. Francisco Manuel de Melo assumido a defesa do potencial literário do género epistolar tanto nas suas *Cartas Familiares*, como no *Escritório Avarento*, e Cândido Lusitano (Francisco José Freire) publicou, em 1745, o seu *Secretário Português Compendiosamente Instruído no Modo de Escrever Cartas*, obra destinada sobretudo aos principiantes, a quem deu de conselho o seguinte: "*Uma carta com pensamentos nus é cousa insípida*", *é preciso adorná-la com flores de eloquência, mas, ao mesmo tempo, a carta deve conservar, qualquer que seja a matéria versada e o destinatário, algo de familiar, e o engenho obtuso não favorece a pronta composição duma carta, mas o estudo e a prática acabarão por*

---

[6] Cf. ROCHA, Andrée — *A Epistolografia em Portugal*, ob. cit., p. 28.
[7] Cf, Ibidem, p. 28.
[8] Cf. Ibidem, p. 31.
[9] Cit. Ibidem, p. 31.
[10] Cit. Ibidem, p. 32.

superar as deficiências inatas[11].

A prática e a teorização do género epistolar foi-se vulgarizando de tal modo que ainda hoje é aconselhado e se acha acessível o "manual de bolso" de Alda de Figueiredo intitulado *Como se Escreve uma Carta. Redacção de Cartas a Toda a Gente*[12], onde se pode ler no "preceituário" de abertura o seguinte:

> Sendo o género epistolar o que melhor define a individualidade, a redacção duma carta tem muito mais importância do que aquela que parece ter à primeira vista. A carta é uma conversa que se estabelece com a pessoa a quem é dirigida e, por isso, devemos prever as respostas, ser claros na exposição, concretos no desenvolvimento do assunto e cuidadosos na conclusão.
>
> Destes predicados essenciais, dependerá a clareza da resposta.
>
> Há três espécies de cartas: de amizade, de negócios ou de simples delicadeza.
>
> As primeiras devem ser afectuosas e de linguagem simples, evitando repetição de vocábulos, períodos fastidiosos e perguntas indiscretas; as segundas, escritas com a máxima clareza e inteligência, separando os assuntos a tratar por períodos distintos e evitando palavras supérfluas; as terceiras, começando por ter em vista a nossa situação em relação à pessoa a quem nos dirigimos, e podem ser de parabéns, felicitação, pêsames, boas-festas, convite ou simples agradecimento.
>
> Depois de escrita qualquer destas cartas, ela deve ser lida em voz alta, a fim de nos certificarmos de que não se trata de algum assunto diferente do que a motivou, e de que não tem coisa alguma comprometedora.
>
> A carta deve ser terminada dum modo breve e elegante e não deverá ter linhas cruzadas.
>
> Desde o aparecimento da máquina de escrever, peca-se um pouco por não destrinçar a correspondência que deve ser manuscrita da que deve ser dactilografada. Uma carta de negócios está bem que seja escrita à máquina, por a letra desta ser sempre mais legível e também por mais facilmente poder ficar uma cópia; porém, uma carta de amor ou de amizade deverá sempre manuscrita[13].

Com o aparecimento do computador, a banalização do correio electrónico e a crescente adesão à *net chat* ("conversação" via internet) a destrinça entre correspondência manuscrita e dactiloscrita perdeu ainda mais sentido, ficando

---

[11] Cf. Ibidem, p. 32-33.

[12] FIGUEIREDO, Alda de — *Como se escreve uma carta. O mais completo tratado de correspondência e etiqueta epistolar. Nova edição refundida e aumentada*. Barcelos: Livraria Editora Civilização, 1990.

[13] Cf. Ibidem, p. 6-7.

também anacrónico e ultrapassado o preceito social de escrever à mão "cartas de amor ou de amizade"!... Também se pode considerar difícil, para não dizermos impossível, a obediência às boas regras de estilo na redacção de cartas e de ofícios remetidos por via electrónica. Verifica-se, aliás, a tendência crescente de receber e logo responder às mensagens sem grandes cuidados linguísticos. No entanto, os preceitos evocados por Rodrigues Lobo, no séc. XVII, mantêm-se vivos quer como parâmetro ideal da comunicação epistolar, quer como "espartilho" racional e social da expressão de ideias e sentimentos.

Já no séc. XIX Inácio de Andrade, viajante por terras da Índia e da China entre 1815 e 1835, explicava o conjunto de cartas enviadas à sua mulher, Maria de Gertrudes de Andrade e publicadas à guisa de relato de viagem, como produto do "género epistolar", que consistia "*em agradar a quem se escreve*", servindo as "*cartas para comunicar pensamentos a pessoas ausentes; dicta-as a confiança, a amizade, e às vezes a política: é uma conversação por escripto. Assim pôde entrar em nossas cartas a história, a poesia, a philosophia, etc.*"[14]. Ao publicar sob a "categoria" de carta familiar as impressões de viajante e de explorador de locais distantes e mal conhecidos, Andrade aflorou, pelo menos, dois aspectos interessantes: 1° - uma epístola pode ser muita coisa, inclusivamente "aquilo que não esperamos que seja", nela se misturando estilos, temáticas e "categorias" (relato diarístico, narrativa de viagens, discurso político ou filosófico, registo trivial de factos domésticos ou do quotidiano, expressão de afectos e de sensações fortes, etc., etc.); e 2° - a informação epistolar é mais ou menos filtrada pelo epistológrafo de acordo com a sua intenção original (de cariz intimista e reservada ou de cariz publicístico).

Estes aspectos aproximam-nos mais e melhor das implicações profundas de um género, afinal, difícil de "catalogar" e de usar como fonte histórica.

Tal como uma conversa entre duas pessoas, uma simples carta pode principiar num tom informal típico de uma sólida e velha amizade, prosseguir com os detalhes de um qualquer negócio em curso entre remetente e destinatário e terminar com os votos delicados e sinceros de boas-festas — uma carta é, assim, simultaneamente as três espécies supracitadas sem perder, porém, as características estruturais que "enquadram a sua substância propriamente dita" e que se condensam na sequência *quando? onde? a quem? o quê? por quem?*, à qual correspondem respectivamente a data, o lugar, o destinatário, o segredo ou confidencialidade da mensagem e a assinatura do remetente[15]. E uma carta tanto pode ser escrita para um destinatário concreto ou fictício, com o propósito, em ambos os casos, de ser dada à estampa ou à máxima publicidade, como pode resultar de uma necessidade de comunicação espontânea e íntima,

---

[14] Cf. ANDRADE, Inácio — *Cartas escriptas da India e da China*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2ª ed. 1847, p. 12.

[15] Ver ROCHA, Andrée — *A Epistolografia em Portugal*, ob. cit., p. 14-20.

eventualmente muito comprometedora ou embaraçosa se sair das mãos da pessoa a quem foi remetida.

Tópico assaz pertinente dada a natureza do presente livro. Com efeito, é inevitável que nos interroguemos quanto à legitimidade de compulsar cartas alheias e de lhes dar publicidade sem que essa fosse a vontade expressa do remetente ou do destinatário. Em vida destas pessoas só elas podem autorizar a divulgação do seu epistolário, incorrendo em abuso criminal de quebra de confidencialidade quem desrespeite esse direito humano inviolável. Mas *post mortem* do autor da carta ou do receptor é comum proceder-se de modo diverso, ou seja, desaparece subitamente o "tabu da inconfidência" e não há reserva, nem pudor na apropriação dos epistolários por estranhos que os devassam e publicitam sem restrições. A lei portuguesa da propriedade literária e artística, depois de formular o preceito geral de que não se pode publicar cartas missivas sem autorização do signatário, inclui, no seu art. 11°, § 2°, como excepção "*a correspondência epistolar de personagens históricos, literários ou científicos já falecidos [...] quando essa correspondência não tem carácter absolutamente privado e esclarece factos históricos ou biográficos [...], ou revela uma forma literária ou artística original e de alto valor*"[16]. Mas os limites impostos estão longe de uma interpretação cristalina e linear: uma carta pode ter alusões "absolutamente privadas" seguidas pelo esclarecimento de factos históricos ou biográficos, caindo, assim, dentro e saindo fora da excepção formulada. E também a prescrita qualidade da "forma literária ou artística" revelada decorre de uma apreciação muito subjectiva e, portanto, assaz discutível. A via legal acaba, pois, por ser facilmente torneada e subvertida, pelo que a resposta ao problema posto, na opinião de Andrée Rocha que partilhamos em pleno, se situe no plano ético e deontológico, dependendo "*fundamentalmente da intenção com que nos abeiramos de bens dessa natureza*"[17].

As cartas de/para alguém devem ser respeitadas e "devolvidas" ao seu tempo e espaço próprios — ao seu contexto conjuntural — no respeito estrito pela sua condição de fonte histórica. A condição de testemunho capaz de estimular um conjunto variável de perguntas e de respostas formuladas e (re)exploradas pelo sujeito externo, que investiga e interpreta, legitima o acesso e a divulgação de um género radicalmente individual e, por consequência, privado. Importa, porém, que não nos deixemos cair na "velha tentação" positivista de que o "documento epistolar" nos revela uma verdade escondida e "quimicamente" pura. Ilusão pueril denunciada por Michelle Perrot nestes precisos termos: "*Correspondências familiares e literatura "pessoal" (diários íntimos, autobiografias, Memórias), testemunhos insubstituíveis,*

---

[16] Cit. Ibidem, p. 23.
[17] Cf. Ibidem, p. 22.

nem por isso constituem os "verdadeiros" documentos do privado. Obedecem a regras de saber-viver e de encenação de si por si mesmo que regem a natureza da sua comunicação e o estatuto da sua ficção. Nada menos espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia, feita tanto para selar como para revelar"[18].

Sem dúvida um oportuno aviso, mas que é preciso matizar no que concerne ao género epistolar (posto por Perrot ao mesmo nível do género autobiográfico e memorialístico, o que nos parece incorrecto), porque se as normas da redacção de cartas "filtram" bastante o discurso e permitem "encenar" vivências e sentimentos, nem sempre elas foram/são seguidas, controlando mal ou muito pouco a vontade mais ou menos espontânea de "abrir o coração", de "exercitar o escrúpulo moral" e de "dizer a (sua) verdade". Temos, assim, uma dupla possibilidade: a carta pouco ou nada esponstânea, pouco ou nada transparente, e a carta que espelha situações e estados de espírito e que é capaz de vincar nas omissões, nas entrelinhas e na explicitação inequívoca do viver, do pensar e do sentir o perfil psicológico do autor. Este segundo tipo de carta não é mais "verdadeiro" ou "autêntico" que o primeiro, mas corresponde, certamente, a uma fonte histórica mais "impressionista", ou seja, mais saturada quer de traços psicossomáticos e caracterológicos do remetente/produtor, quer de elementos descritivos dos acontecimentos e situações vividas, relatadas com maior dose de franqueza e simplicidade.

Joga, aqui, papel decisivo a noção de fonte histórica que tem acompanhado a evolução da pesquisa e da escrita da História nos dois últimos séculos. A transição de uma Clio política e factual (*événementiel*) para uma Clio total, preconizada por Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores, em 1929, da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, trouxe importantes mudanças metodológicas e heurísticas, nomeadamente a grande ampliação da paleta de aspectos e de factores imbricados no processo histórico. E uma tal ampliação só se tornou efectiva com a "descoberta" e a "(re)valorização" de novos tipos de informação social, produzida por entidades públicas e privadas, institucionais e pessoais, justapostos e cruzados como "fontes" da/para a História por forma a permitir um conhecimento mais rico e complexo da permanente interacção da parte (acção individual) com o todo (a acção colectiva). O "arco" do discurso historiográfico estendeu-se bastante, indo do estudo das circunstâncias políticas à rotina do quotidiano, do devir demográfico e sócio-económico às profundas permanências e mutações culturais e das mentalidades.

Num "arco" assim tão extenso e variado a análise e a divulgação de cartas de amizade ou íntimas, em que perpassam a afectividade (em lato senso) conjunturalmente expressa, a troca solta e até diletante de crenças, ideias e/ou

---

[18] Cf. PERROT, Michelle — Introdução. In *História da vida privada. Sob a direcção de Philippe Ariès e Georges Duby*. Vol. 4 - Da Revolução à Grande Guerra. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 11-12.

saberes diversos, o registo e indagação constante do estado de saúde mútuo, o pedido e satisfação de favores típicos do patrocinato clientelar e muitos outros aspectos avulsos, torna-se uma base indispensável ao conhecimento histórico-biográfico, desde que se amplie, diversifique e cruze o acervo informacional (as chamadas fontes) e se opere hermenuticamente com vista a uma compreensão holística, exigente e profunda. Não se trata, assim, da defesa e do apelo ao uso fútil, devassador, judicativo e sensacionalista da memória pessoal e privada, mas da legítima valorização dessa memória para a busca incessante do que se esconde por baixo da "poeira" do tempo e também por baixo da "poeira" do esquecimento involuntário ou deliberado, das "falsificações" hagiográficas ou pejorativas, das reconstituições pretensamente rigorosas e equilibradas...

2. As cartas de António Cândido Ribeiro da Costa (S. Faustino de Fridão, 29 de Março de 1850 - Candemil, 24 de Outubro de 1922)[19] escritas "*pelo punho de um orador superioríssimo*", como sublinhou o seu patrício, mestre, amigo, correligionário e hagiógrafo António Cabral, "*dão a conhecer, algumas delas, acima de tudo, a fina sensibilidade de quem lhes traçou os períodos. Umas ou outras, esclarecem, um pouco, recantos escuros da política portuguesa doutrora*"[20]. Cabral, por formação e mentalidade, possuia uma concepção restritiva do valor histórico do género epistolar, considerando apenas de utilidade as cartas recheadas de pensamentos e revelações exaltantes de patriotismo, de inteligência, de erudição e de "boa conduta" política, expedidas ou recebidas por coevas figuras distintas da elite política, intelectual e artística portuguesa. Por pensar mais ou menos deste jeito não hesitou em afirmar que "*As cartas de António Cândido, escritas em linguagem correntia, com singeleza e despretenção, desagaloadas de estilo, o que não exclue a elegância e a distinção, mostram, além do mais, a bondade, o patriotismo e a rectidão do notabilissimo ornamento da tribuna portuguesa*"[21]. E procurou cumprir um plano de edição combinado ainda em vida de António Cândido:

> Já em outro livro contei que, numa hora de íntima conversa, no seu confortável rez-do-chão da rua da Emenda, o pujante orador, abrindo uma gaveta, deixou-me ver numerosos maços de cartas, que, no decorrer de larga vida pública, recebera, quer como político e ministro de Estado, quer como Procurador Geral

---

[19] Remete-se o leitor deste texto introdutório para o estudo histórico-biográfico de SILVA, Armando Barreiros Malheiro da e DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922. Elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso.* Amarante: Edição da Câmara Municipal, 2000.

[20] Cf. CABRAL, António — *A Águia do Marão. (O Grande orador António Cândido). O Único vencido dos "Vencidos da Vida". Cartas inéditas. Política de outrora....* Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1943, p. 195.

[21] Cf. Ibidem, p. 196.

da Coroa. Havia ali missivas importantíssimas do Rei, de José Luciano de Castro, de Hintze Ribeiro, chefes de partido, e de outros vultos de relêvo.

Dizia-me êle que, sem família, ou pessoas chegadas, a quem, por direito de herança, competia utilizar tão preciosos documentos, se lembrava de comigo os examinar e rever, afim de se escolherem os que eu, num livro, pudesse publicar, acompanhados por comentários elucidativos. Todos êles seriam de vantagem e proveito para a História. Nunca fizemos essa escôlha. Eu, entregue a outros trabalhos, não pude escrever e dar à estampa o volume que António Cândido, amávelmente, me considerava capaz de compor.

De tantas cartas por êle recebidas, consta-me que um maço, devidamente lacrado, registado e seguro, foi remetido pelo próprio orador a Sua Magestade El-Rei D. Manuel II, exilado em Inglaterra; outro maço, também lacrado, foi entregue ao Conde de Sabigosa; e outro, igualmente lacrado, recebeu-o o dr. Eduardo Burnay.

Seria de alta conveniência que essas cartas viessem um dia a público, num tomo que, ao mesmo tempo, fôsse de informação e de esclarecimento para a História do nosso país, e de homenagem devida e justa ao nobre orador que tão bem serviu a Pátria e a Tribuna[22].

De acordo com a concepção historiográfica claramente expressa as cartas de António Cândido incluídas no presente livro seriam, certamente, postas de lado por serem desprovidas de valor para a História, entendida como um "panteão" de glórias e de virtudes cívicas e morais.

Apesar de serem o fruto simples e natural de uma estreita e decorosa amizade (nada mais do que isso...) entre o *"boca d'oiro"* , a viúva do seu grande protector e amigo — dr. Miguel Pinto Martins[23] — e o sobrinho por afinididade desta, o capitão Carlos Alberto Viana Pedreira — vianense, artilheiro e correligionário político — não enaltecem a figura do orador, embora também a não denigram, fornecendo antes um "auto-retrato" despojado de efeitos e de enfeites ou artificialismos a corpo inteiro do ser humano, demasiado humano, chamado António Cândido. Nessas cartas, datadas entre 1902 e 1922, emerge um vulto maduro e cada vez mais descrente na capacidade do regime monárquico constitucional de salvação da Pátria, um vulto de saúde frágil e saudoso do seu rincão montanhoso e purificado — Candemil amado... —, para onde se dispunha a fugir sempre que as absorventes funções de seus altos cargos lho consentiam, um vulto já aos 52 anos de idade em fim de carreira, mas ao mesmo tempo compulsivamente empenhado em favorecer os interesses da sua vila e concelho natais, levando até ao Poder central e satisfazendo aí os pedidos e as pretensões dos seus correligionários amarantinos. Na "constelação" sócio-política do Partido

---

[22] Cf. Ibidem, p. 196-197.

[23] Ver perfil prosopográfico in SILVA, Armando Barreiros Malheiro da e DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922.*, ob. cit.

Progressista, António Cândido manteve até à instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, a sua "rede" clientelar muito própria e muito centrada em Amarante.

Foi fulgurante e promissor o seu alto voo até às cumeadas do Poder, sedeado no Terreiro do Paço, mas a sua posição na cúpula partidária ficou aquém do "macharelato" a que podia perfeitamente ter acesso. A ligação pessoal a Oliveira Martins, ao seu projecto de *Vida Nova* e ao grupo dos *Vencidos da Vida* pô-lo, entre 1885 e 1895, em confronto directo e temporário com a estratégia "oportunista" e moderada de José Luciano. Mas só temporariamente, porquanto a eclosão da crise do *Ultimatum* em 1890, a falhada, mas perturbadora, revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 no Porto, a morte em Agosto de 1894 de Oliveira Martins e o falhanço prático do projecto "vencidista" foram alguns dos factores decisivos que destruiram as ilusões reformistas e regeneradoras de António Cândido, que não tardou a reaproximar-se, obediente e solícito, do líder progressista, aceitando as suas ordens e favores. E a partir de 1900 pode dizer-se que a "Águia do Marão" desistira completamente de lutar pela reforma do sistema, aceitando a cumplicidade na gestão de um "cadáver adiado"...

Conformado a sobreviver politicamente e a conservar o prestígio adquirido, intensificou a sua aposta no progresso material de Amarante (construção do caminho de ferro, conservação do Liceu, alargamento da rede viária local, etc.) servindo-se para tanto dos seus preciosos contactos no topo, ou seja, em Lisboa, e de uma "rede" de fidelidades na base. Qual "abelha rainha", António Cândido soube polarizar à sua volta um qualificado "enxame" de amigos apto a disputar eleições aos regeneradores e a tomar em suas mãos o destino de Amarante.

Nesse "enxame" de amigos destacaram-se Miguel Pinto Martins, José Monteiro da Silva, António Pereira Pinto Carvalhal, Visconde de Alvelos, Joaquim Leite de Carvalho, Augusto Vicente da Cunha Brochado, Carlos Alberto Viana Pedreira, os irmãos Joaquim Augusto e Francisco José Ferreira Cardoso, e ainda o primo e cunhado destes, José Emídio de Souza Cardoso (pai do pintor Amadeo de Souza Cardoso). Por morte do dr. Pinto Martins, reputado chefe local do Partido Progressista, a viúva ficou com uma parte da herança política do marido e não hesitou em partilhá-la — revelam-no as cartas adiante transcritas — com o "delfim" e amigo António Cândido — esse talentoso filho do Abade de S. Cristovão de Candemil, P.e José Joaquim da Costa Pinheiro[24], sacerdote por imposição paterna, formado em Direito por mérito próprio e apoio da Câmara Municipal de Amarante presidida por Miguel Pinto Martins, lente da Faculdade de Direito, deputado, figura destacada do Partido Progressista, ministro, administrador do Crédito Predial Português e Procurador Geral da Coroa; enfim, essa "estrela" coriscante que soube amar a terra natal e ser consensualmente idolatrado em Amarante tanto em vida, como após a morte, tanto sob a égide

[24] Ver Ibidem.

da Monarquia, como da República!...

D. Maria Cândida da Costa Pereira Peixoto parece ter desempenhado um papel algo singular no seu meio e época: não se alheou das eleições locais, nem descurou a protecção de familiares e de uma "clientela" indeterminada para a qual foi pedindo o patrocinato do seu amigo António Cândido. Em tal tarefa contou também com a ajuda do marido de sua sobrinha Maria Cândida Mendes de Vasconcelos, o capitão de Artilharia Carlos Alberto Viana Pedreira, natural de Viana do Castelo[25], e ambos residentes com a tia na solarenga Casa da Portela, em Amarante.

Nascida a 17 de Agosto de 1838, era filha de Bernardo da Costa Ribeiro da Fonseca e de sua mulher D. Ana Pereira Peixoto de Meneses, descendendo por via materna dos Vasconcelos, senhores do Morgado de Fontelas, e do Morgadio dos Peixotos, em Amarante[26]. Casou a primeira vez e sem geração com Jácome Borges Pacheco Pereira Brandão, senhor da Casa de Vale de Flores, em Infias, cidade de Braga, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, filho e sucessor de João Borges Pacheco Pereira Vieira da Maia Pimentel e de sua primeira mulher D. Maria José de Brito Brandão Carneiro Gaio, de Barcelos, e a segunda vez com o dr. Miguel Pinto Martins, também viúvo e sem filhos, nascido no Porto a 10 de Novembro de 1828, sendo filho de José Pinto Martins, natural dessa cidade e oficial da Administração Militar, e de D. Maria Inácia, de Santo André de Padronelo, e falecido sem geração a 23 de Novembro de 1901[27]. Das primeiras núpcias da mãe teve mais duas irmãs — uma gémea e D. Inês Virgínia, mulher de António de Vasconcelos Mendes Guedes de Carvalho e mãe de dezassete filhos — e das segundas núpcias com o Conselheiro Manuel de Almeida Carvalhais, senhor da Casa da Lama, em Sedielos e (por compra) do Paço de Cidadelha, em Mesão Frio[28], dois meios-irmãos. Os laços de parentesco entre estes dois ramos viriam a consolidar-se através do casamento do dr. Fernando Peixoto Mendes de Vasconcelos (filho de D. Inês Virgínia da Costa Pereira Peixoto) com sua prima coirmã D. Maria Augusta Pereira Peixoto de Almeida Carvalhais, senhora do Paço de Cidadelhe e filha do meio-irmão de D. Inês Virgínia, Manuel Pereira Peixoto de Almeida Carvalhais.

Esse sobrinho Fernando não protagonizou apenas um estratégico enlace

---

[25] Ver FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, et al. — *Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*, vol. 1. Porto: s.n., 1977, p. 125.

[26] Ver CORREIA, Lívio — Vasconcelos. Emendas e aditamentos a Felgueiras Gayo. *Raízes & Memórias*, Lisboa, 13 (1997); FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, et al. — *Carvalhos de Basto, vol. 1*, ob. cit., p. 108-129; e ALVES, Artur da Mota — *O Morgadio de Fontelas. Vasconcelos de Amarante. Estudo histórico-genealógico por...* Lisboa: Livraria Coelho, 1937, p. 47 e ss.

[27] Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da e DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922.*, ob. cit.

[28] Ver FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, et al. — *Carvalhos de Basto, vol. 1*, ob. cit., p. 130-131.

endogámico, habitual nas famílias estirpe ou patriarcais, mas também um raro insucesso na prática de pedidos exercitada com mestria por António Cândido. Quando tudo estava pronto para que esse jovem licenciado em Direito tomasse posse na Secretaria do Governo Civil de Vila Real, o Governador Civil, Conde de Vila Real e descendente do 1º Morgado de Mateus, apesar de correligionário político e amigo do "boca d'oiro" recusou empossá-lo e ameçou demitir-se do cargo se o Governo de José Luciano persistisse no empenho. A afronta viera do próprio campo partidário e, por isso, doera mais... Em cartas posteriores ao inesperado insucesso António Cândido recomendou paciência ao Fernando e pediu confiança à sua amiga D. Maria Cândida, promtendo-lhe que haveria de arranjar um posto alternativo. Não falhou, mas o lugar obtido era no Ultramar, mais precisamente no Cabo Delgado, arquipélago sito junto a Moçambique, e pelo Ultramar andou Fernando Vasconcelos alguns anos a exercer as funções de magistrado.

As cartas de António Cândido para a senhora da Casa da Portela revelaram-nos este interessante episódio político-partidário à mistura com várias e não menos interessantes "miudezas". As notícias de como corriam naquele tempo as viagens de regresso a Lisboa ou de informações aquando das vindas para Candemil com indicações de breves passagens na Casa da Portela onde podia eventualmente tomar " apenas uma chávena de chá " ou então simplesmente cumprimentar D. Cândida. Os comentários a almoços ou jantares que eram realizados ora na Casa da Portela ora em Candemil. Praticamente em todas as cartas refere os seus « achaques », as suas crises de fígado, a idade que ia avançando assim como também as recomendações para o bem-estar físico da destinatária. Os pêssegos que eram pedidos para serem enviados directamente para Maria Amália Vaz de Carvalho ou para a senhoria da casa onde estava em Lisboa, os perús que lhe eram oferecidos entravam, por vezes, em cartas de agradecimento.

As alusões às saudades do « seu querido Marão onde passarei, querendo Deus, os últimos dias da minha vida», o frio que o expulsava de Candemil e o regresso « à minha querida montanha ». As informações sobre o dinheiro que era enviado para a construção do caminho de ferro. O sentimento de dor pela perda de familiares de D. Cândida ou de amigos que em Amarante iam desaparecendo.

A relação de amizade com o tenente e mais tarde capitão Carlos Pedreira parece ter medrado à sombra da amizade de António Cândido com a tia da mulher dele. O Capitão Pedreira foi administrador do Concelho de Amarante no período de 1902-1904, sendo presidente da Câmara no mesmo período de Joaquim Leite de Carvalho. Os pedidos para a participação e ajuda do capitão na defesa dos interesses políticos ilustram-se deste jeito: «Correu a eleição a toda a medida dos meus desejos», e «Muito obrigado . . . , e pelos serviços que me fez na eleição». São palavras de António Cândido, empenhado na concretização de negócios benéficos e garantindo que trataria dos assuntos

que têm a ver com Amarante, sua terra, com o maior interesse As manifestações de amizade repetiriam-se ao longo das cartas assim como as manifestações de sentimentos aquando de « tragédias » ocorridas com o casal Pedreira.

3. O conjunto das cento e trinta e cinco (135) cartas da correspondência entre António Cândido para Maria Cândida da Costa Pereira Peixoto e Carlos Pedreira fazem parte do fundo documental da B.M.A.S. e a incorpotração terá ocorrido deste modo: uma empregada da casa da Portela entregou-as ao Padre Álvaro de Morais que pouco tempo antes de falecer as terá entregue ao Monsenhor José Ribeiro de Magalhães, que por sua vez atendendo ao facto do Sr. Dr. Amadeu Cerqueira da Silva ser parente afastado de António Cândido e exercer na altura as funções de Presidente da Câmara Municipal, lhas terá entregue. E o Dr. Amadeu Cerqueira da Silva, por sua vez entregou o acervo na Biblioteca Municipal que é sua detentora e hoje pode torná-la acessível a todos os interessados

A metodologia utilizada no presente trabalho resume-se: como só haviam dois destinatários, foram divididas pelos mesmos e em relação a cada um foram organizadas cronologicamente; e a cada unidade foi atribuído um número sequencial, (mesmo nas cartas não datadas) que constitui juntamente com a sigla B.M.A.S. a cota.

Num primeiro grupo quer na antologia epistolar quer no catálogo são apresentadas as cartas para Maria Cândida da Costa Pereira Peixoto; com a numeração de 1 a 93 – cartas datadas – e de 94 a 112 – cartas não datadas. O segundo grupo, nos mesmos capítulos, é a correspondência para Carlos Pedreira e com a numeração de 113 a 127 – cartas datadas; 128 a 135 – cartas não datadas.

Para a datação das espécies em que ela não era mencionada, inferiu-se a data do carimbo do envelope ou quando aquele não era legível, da tonalidade da tinta, tamanho e víncos do papel ajustados ou não ao envelope. Muitas cartas estavam soltas do envelope. As datas que foram inferidas desta forma são colocadas entre parênteses rectos. Há alguns números de espécies em que a datação não foi mesmo possível obter-se e por isso aparecem no fim de cada conjunto numerado e sob a designação do respectivo destinatário.

Para o tratamento técnico efectuado no catálogo foram utilizadas as regras Anglo-Americanas para material manuscrito.

Quanto á transcrição das cartas foram desdobradas algumas abreviaturas tendo sido na generalidade respeitada a ortografia, pontuação e colocação das formas de saudação e despedida, dos originais. Foram produzidos comentários em relação a factos julgados pertinentes para melhor se conseguir a compreensão dos mesmos. As notas dizem essencialmente respeito a nomes de pessoas que aparecem e importava esclarecer as suas ligações familiares, pessoais ou sociais em relação ao autor ou destinatário da correspondência. Apesar de tentativas efectuadas poderá aparecer eventualmente um outro nome,

sem a respectiva nota esclarecedora. Foi também efectuado um índice onomástico em que aparece á frente de cada nome ordenado alfabeticamente pelo apelido, o número ou números das cartas, em que o mesmo é mencionado. Este índice pretende agrupar de alguma forma o meio familiar e social dos intervenientes no trabalho aqui apresentado.